

OBSERVATÓRIO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: AS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

Christiano Felix dos Anjos¹

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo desvelar um olhar local no município de Vitória do estado do Espírito Santo de um estudo nacional chamado Observatório Nacional de Educação Especial que busca um aprofundamento sobre o atendimento educacional especializado a partir das salas de recursos multifuncionais. A partir de grupos focais foi possível sistematizar grupos de trabalho coletivos propiciando assim esse olhar local que se constituiu a partir de um trabalho colaborativo com os professores de atendimento educacional especializado. Dessa forma foi possível compreender o trabalho do professor nesses espaços da sala de recursos multifuncionais, suas tensões, limites e possibilidades que envolvem esse tipo de atendimento com os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Com o estudo/formação, os professores evidenciavam as mazelas e as dificuldades em se trabalhar com os alunos público-alvo da educação especial, mas dentre esse movimento foi possível perceber pistas de movimentos potencializadores e ações invisibilizadas por essas mazelas. Assim sendo os professores vivem como diria Santos (2007), a possibilidade de rompimento com um pensamento indolente para se aproximar de uma ecologia de saberes, ou seja, a visibilidade de vários conhecimentos e experiências capazes de produzir novos saberes e novas experiências sociais. Emergiu a partir desses encontros, tensões e desafios que acabavam por invisibilizar ações positivas dentro do trabalho no atendimento educacional especializado. A partir disso, os professores foram chamados para apresentar como seu trabalho era efetivamente seu trabalho. Com isso, foi possível apreender que além dos desafios e das tensões discutidas no decorrer dos encontros também existiam ações positivas que potencializavam as ações do atendimento educacional especializado.

Palavras-chave: Educação Especial. Atendimento Educacional Especializado. Sala de Recursos Multifuncionais.

¹ Mestrando em Educação do Programa de Pós Graduação Em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/UFES) da linha de pesquisa Diversidade e Práticas Educacionais Inclusivas. Bolsista CAPES. E-mail: avitima@gmail.com

OBSERVATORY OF EDUCATION SPECIAL STATE IN THE SPIRIT OF THE HOLY STATE: MULTIFUNCTIONAL RESOURCE ROOM

ABSTRACT

This study aims to look at a place in the Vitória city the Espírito Santo of a national study called Special Education National Observatory seeking a deepening of the specialized educational services from the multi-functional features. From focus groups it was possible to systematize collective working groups thereby providing this place look that was formed from a collaborative work with teachers of specialized educational services. In this way it was possible to understand the teacher's work in these areas of multifunctional resource room, its tensions, limits and possibilities involving this type of care to students with disabilities, global development disorders and high skills / giftedness. With the study / training teachers evidenced the ills and difficulties in working with the target audience of special education students, but among this movement was possible to notice clues improves invisibilized movements and actions by these ills. Thus teachers live like say Santos (2007), the possibility of breaking with an indolent thought to approach an "ecology of knowledge", the visibility of various knowledge and experience capable of producing new knowledge and new social experiences. It emerged from these meetings tensions and challenges that ended up invisible-positive actions within the work in specialized education. From there, teachers were invited to present as had been effectively giving their work. Thus, it was possible to learn that in addition to the challenges and tensions discussed during the meetings there were also positive actions that potentiate the actions of specialized educational services.

Keywords: Special Education. Educational Service Specialist. Multifunctional Resource Room.

1 PARA INÍCIO DE CONVERSA...

Dentre os movimentos constituídos em favor da escolarização dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, vêm ganhando destaque, nos últimos anos, as diretrizes para a oferta do atendimento educacional especializado (AEE) que, segundo as normatizações nacionais, esse atendimento deve ser ofertado em centros de atendimento especializado ou em salas de recursos multifuncionais.

Tais diretrizes foram apontadas em vários documentos legais tais como o Decreto 6571/2008, a Resolução 4/2009 e o Decreto 7611/2011. Como alerta Kassar (2011), o atendimento especializado ou o atendimento educacional especializado (termos presentes na literatura e na própria normatização nacional) já estivera presente em outros tempos históricos no campo da Educação Especial com diferenciadas orientações e encaminhamentos, como, por exemplo, a ideia de que o AEE se responsabilizaria pela escolarização do estudante.

Para Kassar (2011), na legislação educacional brasileira podemos encontrar pistas sobre como as especificidades de aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial foram sempre trabalhadas, no entanto, em muitos casos, sem uma relação direta com os currículos escolares trabalhados nas escolas de ensino comum. Tal situação pode ser vislumbrada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - nº 4.024/61 – que defendia o pressuposto de que os alunos excepcionais (termo empregado na época) necessitavam de um “tratamento especial”, mas sem a provisão do Estado nesta garantia.

Por sua vez, já na década de 1970, a Lei 5.692/71 procura delinear a caracterização dos alunos público-alvo da Educação Especial, apontando que para aqueles “que apresentam deficiências físicas ou mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados seria ofertado tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação (BRASIL, 1971, art. 9º, não paginado). Normas estas, não fixadas.

Um marco importante para garantia, na atualidade, da perspectiva de atendimento educacional especializado não substitutivo à escolarização, mas complementar ou suplementar a esse processo, foi a Constituição Federativa do Brasil de 1988. O documento pontua duas questões interessantes para a área de Educação Especial: a) a Educação como um direito de todos, sem nenhuma reserva; b) a Educação como um dever do Estado; c) a garantia de atendimento educacional especializado aos alunos público-alvo da modalidade de Educação Especial.

Para além da Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96 – postula que a Educação Especial é uma modalidade de educação escolar que transversaliza todos os níveis e etapas de ensino, garantindo, assim, serviços de apoio especializados em classes, escolas ou serviços especializados. Dessa forma, uma das ações da Educação Especial no ensino comum passa a ser a oferta do atendimento educacional especializado por haver o entendimento do direito de acesso ao currículo comum, com as devidas adequações e flexibilizações necessárias, sem desmerecer o atendimento às especificidades trazidas pelos estudantes.

Como podemos perceber, outros direcionamentos são dados na atualidade para a oferta do atendimento educacional especializado. Por longos anos, a aprendizagem do estudante se resumia a tais serviços. Em outros tempos, a questão clínica sobrepunha às questões pedagógicas. No momento atual, a ideia de complementaridade pressupõe a necessidade de os alunos serem envolvidos nas práticas planejadas e desenvolvidas nas ações curriculares do núcleo comum, tendo o atendimento educacional especializado às funções de:

[...] identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferem-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas a escolarização. Esse atendimento complementa e/ ou suplementa a formação dos alunos com vistas a autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008, não paginado).

No momento atual, Decretos e Resoluções (Decreto 7.611/2011 e Resolução nº 4/2009) trazem orientações para a oferta do AEE, sinalizando questões referentes à incorporação desses serviços no Projeto Político Pedagógico das unidades de ensino, orientações para a atuação dos professores e articulação do currículo comum com as ações especializadas.

Todo esse processo de garantia do direito à Educação nos faz pensar que um longo caminho permeado por constantes reflexões, problematizações e novas ações precisam continuar se constituindo. Uma das vias encontradas para adensar esse caminho vem sendo a pesquisa

científica atrelada à formação dos profissionais da Educação, pois tal conexão vem apontando novos rumos para o campo da Educação Especial.

Assim, a proposta do presente texto é trazer para o debate reflexões sobre a oferta do atendimento educacional especializado, sistematizado em salas de recursos multifuncionais, por meio de um processo de pesquisa/formação que vem se materializando em todo o território nacional denominado Observatório Nacional de Educação Especial.

2 O OBSERVATÓRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: DESVELANDO REFLEXÕES SOBRE A OFERTA DO AEE E A INSTALAÇÃO DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS (SRM)

Como dito, o texto constitucional de 1988 trouxe novamente para o debate a questão do atendimento educacional especializado. No entanto, deixando em aberto orientações sobre em que perspectiva pedagógica tal atendimento se apoiaria. Com a implementação do Programa Salas de Recursos Multifuncionais, iniciado em 2005, o Ministério da Educação passou a dar suporte às redes estaduais e municipais para organização desses espaços-tempos para a oferta do atendimento educacional especializado. Com isso, a ideia de que o AEE seria uma ação a fortalecer as possibilidades de aprendizagem do aluno passa a ganhar força no contexto educacional e na própria legislação, já que o referido programa oferece recursos e materiais pedagógicos para atendimento às especificidades dos alunos de forma a terem maiores possibilidades de acessar o currículo comum.

Dentre os vários estudos direcionados a pensar a relação entre Educação Especial e ensino comum, houve a emergência de um estudo aprofundado sobre a oferta do atendimento educacional especializado nas salas de recursos multifuncionais, a partir das novas diretrizes, culminando no estudo **Observatório Nacional de Educação Especial: um estudo em rede sobre as salas de recursos multifuncionais nas escolas comuns**.

O estudo tem abrangência nacional contando com a participação de 25 pesquisadores provenientes de 16 estados brasileiros, representantes de 22 universidades e de 18 programas de pós-graduação. Todos buscam conduzir um estudo em rede cujo delineamento misto envolve estudos locais nos municípios com professores de salas de recursos, baseados na metodologia da pesquisa colaborativa tendo como foco produzir, simultaneamente, conhecimento e formação.

Trazendo o estudo explicitado para o contexto educacional capixaba, encontramos a pesquisa/formação Observatório Estadual de Educação Especial do Espírito Santo, cujo objetivo é, em diálogo com a pesquisa nacional, pensar sobre as seguintes questões: que conhecimentos os professores precisam constituir para a escolarização de alunos apoiados pela modalidade de Educação Especial? Que ações pedagógicas promotoras da inclusão escolar podem produzir esses profissionais, em seus cotidianos de trabalho, a partir da formação continuada?

O Observatório Estadual de Educação Especial do Espírito Santo conta com a participação de dez municípios. Cinco pertencem à região metropolitana, ou seja, Vitória, Serra, Vila Velha, Cariacica, Guarapari. Outros cinco estão localizados na região norte do estado - Nova Venécia, São Mateus, Linhares, Sooretama e Rio Bananal. Para a condução dos trabalhos de pesquisa/formação estão envolvidos três professores da Universidade Federal do Espírito Santo que, juntamente com doutorandos, mestrandos, bolsistas de iniciação científica e outros profissionais interessados pela Educação Especial, promovem espaços de debate, reflexão e produção de conhecimento sobre o funcionamento das salas de recursos multifuncionais e a articulação do atendimento educacional especializado com o currículo comum.

Como sujeitos/colaboradores do estudo, estão envolvidos 139 professores especialistas que atuam no atendimento educacional especializado, em sala de recursos multifuncionais instaladas nos municípios estudados. Vale salientar que a metodologia adotada para desenvolvimento do estudo foi do tipo colaborativa.

Em sua acepção original, o conceito de pesquisa colaborativa significa fazer pesquisa “com” os professores e não “sobre” eles (LIEBERMAN, 1986). Entretanto, são várias as correntes de pesquisa que têm em comum fazer “com” os professores e não “sobre” eles, embora todas tenham como pressuposto o reconhecimento das competências e responsabilidades dos professores como autores do contexto da escola.

Para o desenvolvimento do Observatório Estadual de Educação Especial no Espírito Santo optou-se pela organização de grupos de trabalhos coletivos e entrevistas com grupos focais (GATTI, 2005), por serem estratégias metodológicas que ajudam ao pesquisador conhecer as preocupações, as atitudes, as avaliações e as possibilidades anunciadas pelos participantes.

Os encontros aconteciam nas dependências do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, no caso dos municípios da região metropolitana. Já no caso dos municípios da região Norte não havia um local fixo para esses encontros ocorrerem. Eles eram itinerantes.

O Observatório Estadual de Educação Especial do Espírito Santo buscou delinear como objetivos três eixos de trabalho, a saber:

- **Eixo 1:** compreendendo o funcionamento das salas de recursos multifuncionais para a oferta do atendimento educacional especializado;
- **Eixo 2:** avaliação do estudante com necessidades educacionais especiais;
- **Eixo 3:** formação de professores para a inclusão escolar.

A partir desses três eixos pretendeu-se apreender sobre os limites e as possibilidades das salas de recursos multifuncionais como sistema de apoio à escolarização de alunos com

deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e identificar aspectos que possam potencializar o AEE oferecido em SRMs.

Dentre as atividades produzidas com os profissionais envolvidos no Observatório Estadual de Educação Especial do Espírito Santo, que sumariamente se constituíram por meio de encontros reflexivos-críticos visando à problematização das questões apresentadas nos três eixos norteadores do estudo, esses sujeitos também foram motivados a elaborar um plano de trabalho para subsidiar o funcionamento das salas de recursos multifuncionais em que atuavam. Tais planos de trabalho foram apresentados e problematizados nos últimos encontros com o grupo de profissionais envolvidos no estudo.

Assim, para elaboração deste artigo fizemos a opção de trazer para o debate as apresentações realizadas pelos profissionais da rede pública municipal de Vitória, buscando evidenciar as possibilidades, as ações instituintes, as tensões e os entraves presentes na oferta do atendimento educacional especializado nas salas de recursos multifuncionais do município em tela.

Levando em conta que no decorrer nos encontros, os professores evidenciavam as mazelas e as dificuldades em se trabalhar com os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação no espaço-tempo escolar, o grupo sistematizador do estudo desafiou esses sujeitos a refletir: não há movimentos potencializadores? As ações da Educação Especial não surtem efeitos no ambiente escolar? Somente temos ações negativas na área? Por que as tentativas e as ações instituintes são invisibilizadas? Foram essas questões que motivaram a elaboração e apresentação dos planos de trabalho que subsidiam a elaboração deste texto.

Tal contexto nos remete a Santos (2007), ao problematizar a importância de trabalharmos com a Sociologia das Ausências e a das Emergências. Que movimentos são esses? A Sociologia das Ausências evidencia situações existentes, mas não críveis e tornadas invisíveis. Já a

segunda abre precedentes para que essas ações passem a emergir, evidenciando, assim, suas potencialidades.

Com essas duas sociologias, os professores participantes podiam também explorar outro conceito apresentado por Santos (2007), ou seja, a ideia do “ainda-não”. O ainda-não busca evidenciar as ações instituintes, ou seja, aquelas que têm possibilidades de emergir ou que precisam ganhar visibilidade no contexto social.

A partir do olhar desse autor, as alternativas possíveis se tornam objetos de cuidado para se tornarem visíveis, evitando-se, assim, o desperdício de muitas experiências e conhecimentos.

3 CAMINHO METODOLÓGICO PARA DESENVOLVIMENTO DESTE TEXTO

O presente artigo integra o projeto **Observatório Nacional de Educação Especial: estudo em rede nacional sobre as salas de recursos multifuncionais nas escolas comuns: o caso de Vitória e Serra/ES**, coordenado pelas professoras doutoras Denise Meyrelles de Jesus, Sônia Lopes Victor e Agda Felipe Silva Gonçalves, vinculadas à Universidade Federal do Espírito Santo.

Nossa opção por trabalhar com o município de Vitória se justifica pelo fato de ser uma rede de ensino que possui 36 salas de recursos multifuncionais, distribuídas entre 25 Escolas Municipais de Ensino Fundamental e 11 Centros Municipais de Educação Infantil.

Essa rede municipal conta, ao todo, com 56 professores de Educação Especial que atuam no atendimento educacional especializado, ofertado em salas de recursos multifuncionais. Dentre

esses professores, participam do estudo 11 docentes envolvidos com o atendimento educacional especializado.

Os profissionais participaram dos 11 encontros dos grupos de trabalho. Esses eventos aconteceram entre os meses de março a dezembro do ano de 2012, sendo organizados da seguinte forma:

- 1º Encontro - apresentação e delineamento da pesquisa;
- 2º /4º Encontro - Eixo 1: formação de professores para inclusão escolar;
- 5º/7º Encontro - Eixo 2: avaliação do estudante com necessidades educacionais especiais;
- 8º/10º Encontro - Eixo3: organização do ensino nas salas de recursos multifuncionais e classes comuns;
- 11º Encontro - avaliação geral (encontro coletivo em dezembro de 2012).

No último eixo, foram apresentados os planos de trabalho dos professores participantes da pesquisa que consistem nos dados para análise deste texto.

Todos os encontros foram registrados através de vídeo e áudio gravados para sua posterior transcrição. Esse material constitui um rico banco de dados que aponta os diversos desdobramentos das discussões no âmbito dos encontros. Assim, para a elaboração deste artigo, apoiamo-nos nos materiais elaborados pelos professores para suas apresentações, bem como as gravações dos encontros coletivos.

4 APRESENTAÇÕES DOS PROFESSORES: AS TENTATIVAS E NEGOCIAÇÕES PARA FUNCIONAMENTO DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

No decorrer das apresentações e discussões no grupo de seus planos de trabalho, aproximações emergiram das falas comuns entre esses planos. Dessa forma pudemos perceber

que os seus discursos sobre a oferta do atendimento educacional especializado eram norteados a partir de dois eixos que subsidiam a oferta do atendimento educacional especializado nas salas de recursos multifuncionais, na rede pública municipal de Vitória.

Eixo 1: Organização das salas de recursos multifuncionais para a oferta do atendimento educacional no contraturno.

Eixo 2: Promoção de ações colaborativas com os professores regentes visando a inclusão do aluno na sala de aula comum por meio da adequação do currículo, das práticas pedagógicas e dos processos de avaliação da aprendizagem.

A partir desses dois eixos nos deparamos com pistas que nos ajudaram visualizar o trabalho do professor de Educação Especial a partir das diretrizes nacionais para a oferta do atendimento educacional especializado. As pistas, segundo Santos (2007), apontam caminhos que impulsionam a percepção de novas ideias, estratégias, tensões e desafios presentes no contexto social.

Várias questões são evidenciadas no primeiro eixo demonstrando as ações instituintes da escola para a participação dos alunos no AEE. Primeiro, **os professores afirmam realizar reuniões com os pais dos alunos para orientá-los acerca do atendimento educacional especializado**. Chama nossa atenção o fato de buscarem apresentar aos responsáveis as diretrizes operacionais do AEE, levando esses sujeitos a assinarem um termo de responsabilidade mediante a não participação do aluno no programa.

Para tanto, precisaram se apropriar da legislação nacional para não fazer o AEE sobrepor às ações do ensino comum, mas apresentá-lo como uma ação complementar ou suplementar à escolarização do estudante. Nesse contexto, constituíram horários de atendimento aos alunos, pois em suas atribuições constava o apoio à sala de aula comum, além da oferta do AEE. Nesse processo de diálogo com os responsáveis pelos estudantes, evidenciaram a organização

de um Plano de Trabalho Pedagógico como meio de sistematizar as ações pedagógicas realizadas.

Além do trabalho formativo realizado com os responsáveis pelos discentes, alguns professores relataram **movimentos de formação continuada na escola para os demais profissionais compreenderem as ações da Educação Especial e o funcionamento das salas de recursos multifuncionais**. Vários grupos sinalizam a importância de os demais docentes compreenderem o AEE como ações que não substituem as atividades da sala de aula comum, ou seja, o processo de escolarização dos alunos de maneira mais ampla.

Outro fato a ser destacado são os movimentos constituídos pelos professores na **construção de materiais que levassem em conta as especificidades dos alunos**. Assim, buscaram, por meio desses materiais, maiores possibilidades para os alunos se apropriarem dos conteúdos curriculares. Muitos professores evidenciaram a elaboração de atividades adaptadas, utilização de materiais concretos e multimídias como formas de assegurar a participação dos alunos nas atividades.

Por sua vez, outro tópico a ser destacado é a **preocupação acerca da adaptação do currículo** (termo utilizado pelos professores participantes). Os professores compreendem que na sala de recursos multifuncionais serão exploradas atividades específicas com os alunos. Portanto, o desafio de inseri-los no currículo comum, garantindo as adaptações necessárias, constitui-se um grande desafio para as escolas de ensino comum.

Mesmo o grupo utilizando expressões como adequação ou adaptação curricular, percebemos que tais elementos se configuravam em grandes entraves. Como adaptar o currículo? Como garantir a articulação das necessidades coletivas e individuais dos alunos no espaço escolar? Como não fazer da sala de recursos multifuncionais o ambiente no qual são destinados os alunos que “não aprendem” na sala de aula comum? Como envolver os alunos com maiores comprometimentos nas questões curriculares?

Nas apresentações de alguns grupos, percebemos que as adaptações curriculares se restringiam ao desenvolvimento de atividades da vida diária (AVD), principalmente quando se fazia referência aos alunos com maiores comprometimentos. São atividades que se distanciam do currículo comum. Outros grupos falaram da adaptação, mas não demonstraram de forma mais precisa como as realizam-nas. Há aqueles que encontraram grandes dificuldades em pensar em estratégias pedagógicas para os alunos com severos comprometimentos. Nesses casos, havia grande dificuldade em explorar as necessidades específicas, sobretudo as coletivas.

Effgen (2011) acredita que a escola deve assumir o currículo como um caminho a ser percorrido por todos os alunos, oferecendo diferentes dispositivos para que todos possam fazer essa caminhada, respeitando os tempos e as estratégias adotadas por cada sujeito que é singular.

Outro aspecto que aparece nesse primeiro eixo é o **planejamento pedagógico realizado para atendimento aos alunos nas salas de recursos multifuncionais**. Os professores buscam contemplar as demandas específicas de aprendizagem dos alunos, adaptando materiais e constituindo atividades que considerem os diferentes percursos de aprendizagem desses sujeitos. É importante problematizar a necessidade de os pedagogos conduzirem os espaços de planejamento envolvendo os professores regentes e os de Educação Especial, já que há certo tempo para essa ação. Muitas vezes, o planejamento é realizado pelo professor de Educação Especial sem o envolvimento dos demais profissionais no processo.

Adentrando ao segundo eixo que diz respeito às **ações colaborativas entre professores de ensino comum e de Educação Especial**, percebemos haver dois tipos de intervenção da Educação Especial no espaço-tempo escolar. O primeiro se intitula trabalho colaborativo. Ele se efetiva quando o professor de Educação Especial passa a atuar com os professores de ensino comum no horário de aula regular do aluno. Tal situação é propagada pelas diretrizes

municipais de Educação Especial que postulam pela necessidade de os docentes especializados promoverem o trabalho colaborativo na sala de aula comum.

O segundo tipo de intervenção se reporta ao atendimento educacional especializado. Os professores, apoiados nas orientações nacionais, acreditam que o AEE só se realiza nas salas de recursos multifuncionais. Quando atuam colaborativamente com os professores regentes em sala de aula, não levam o AEE para esse ambiente. Isso pode demonstrar a demarcação de espaços e a pouca articulação das necessidades comuns de aprendizagens dos alunos com suas especificidades.

Ainda no âmbito das ações colaborativas, os professores trazem a **avaliação como uma atividade que atravessa a atuação do professor especializado no espaço-tempo das salas de recursos multifuncionais**. Alguns professores mencionam a importância do diagnóstico, mas também da promoção da avaliação da aprendizagem.

Há movimentos para que os alunos sejam avaliados como forma de acompanhar o desenvolvimento e as aprendizagens. Os professores elaboram relatórios que apontam para os aspectos alcançados pelos alunos a partir do planejamento pedagógico. Uma professora apontou para uma avaliação semestral do desenvolvimento de seus alunos no atendimento educacional especializado. Outras falaram de uma avaliação ao final de cada bimestre.

Outro aspecto ainda referente à avaliação é o fato de o aluno receber as atividades avaliativas na sala de aula comum, mas realizando-as na sala de recursos multifuncionais. Segundo alguns professores, nesse espaço, os discentes terão mais tempo de realizá-las, assumindo os professores de Educação Especial a tarefa de adaptá-las sempre que necessário. Como podemos perceber, há burlas e outros movimentos se constituindo no espaço da escola que caminham no sentido contrário à legislação nacional. A legislação traz como diretriz o atendimento educacional especializado sendo ofertado em turno diferente ao que o aluno se

encontra na sala de aula comum, no entanto, em alguns casos, as salas de recursos multifuncionais vêm recebendo alunos do turno para apoio dos professores especializados.

No segundo eixo aparece mais efetivamente o **trabalho colaborativo**, já citado. Os professores entendem por uma ação colaborativa o momento em que o docente especialista está na sala de aula comum relacionando-se com aqueles que atuam ensino comum. Enfatizam a importância do planejamento para propiciar a adaptação de atividades e criação de estratégias para que o aluno se envolva com a apropriação do conhecimento juntamente com seus pares e com a professora da sala comum.

É também evidenciado por algumas professoras especialistas, o fato de exercerem a função de docente de Educação Especial em um turno de trabalho. No outro, a função de pedagoga. Tal questão, muitas vezes, aparece como potencializadora da articulação dos trabalhos realizados com os alunos, pois permite que o profissional interaja com aqueles que atuam nos dois turnos de funcionamento da escola, permitindo, por exemplo, a orientação aos estagiários que colaboram com as aprendizagens dos alunos público-alvo da educação especial nas salas de aula comum.

5 CONSIDERAÇÕES

O presente estudo consistiu em um recorte de uma pesquisa em âmbito maior, cujo objetivo foi apreciar as ações dos planos de trabalho dos professores especialistas atuantes no AEE nas salas de recursos multifuncionais da rede pública municipal de Vitória.

Com um processo de pesquisa colaborativa que vislumbrava momentos de construção em conjunto, a partir de encontros de grupos focais, foi possível articular momentos de formação com diferentes temas no decorrer dos encontros, bem como levantar, a partir desses temas,

questões problematizadoras que buscassem um aprofundamento do vivido dentro das salas de recursos multifuncionais e na escola.

Emergiu a partir desses encontros tensões e desafios que acabavam por invisibilizar ações positivas dentro do trabalho no AEE. A partir disso, os professores foram chamados para apresentar como seu trabalho estava sendo efetivamente realizado. Com isso, foi possível apreender que além dos desafios e das tensões discutidas no decorrer dos encontros também existiam ações positivas que potencializavam as condutas do atendimento educacional especializado.

Foi possível perceber, a partir dos dois eixos, ações que perpassavam o próprio atendimento nas salas de recursos funcionais; como as professoras planejavam e construíram movimentos que apontavam para o desenvolvimento dos alunos na aprendizagem do currículo comum; ações articuladas com os professores de sala de aula comum; estratégias para adaptar métodos para alcançar o currículo comum; e ações que vão para além desses dois espaços alcançando aspectos de formação para, colaboração com a família.

Mesmo em meio a tensões, dúvidas e desafios os professores se desafiaram a problematizar e rever suas próprias práticas a partir do momento em que buscando dialogar com seus pares para pensar em novas estratégias de ação. Portanto, percebemos que os professores caminharam no sentido da coletividade, rompendo com perspectivas de trabalho que primam pela solidão. Vivem como diria Santos (2007), a possibilidade de rompimento com um pensamento indolente para se aproximar de uma “ecologia de saberes”, ou seja, a visibilidade de vários conhecimentos e experiências capazes de produzir novos saberes e novas experiências sociais.

Finalizando, faz-se interessante, nesses modos de fazer pesquisa, continuar ouvindo as vozes dos profissionais da Educação, ajudando-os a construir, com o outro, novas práticas que potencializam a escolarização dos alunos público-alvo da Educação Especial.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto n. 6.253, de 13 de novembro de 2007. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm> Acesso em 14 de outubro de 2014.

_____. **Resolução n. 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em; <<http://www.abiee.org.br/doc/ResoluPECIAL%20rceb00409.pdf>> Acesso em 14 de outubro de 2014.

_____. (2011) Presidência da República. Casa Civil. **Decreto 7611/2011**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm> Acesso em: 25 de abril de 2013.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei n.º 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1971.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei n.º 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 28 dez./1961.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 4**, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

EFFGEN, A. P. S. Atendimento educacional especializado: possibilidades e tensões de acesso ao currículo. In: VI SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL Vitória: Edufes, 2011. v. 1. p. 1-13.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

LIEBERMAN, A. Collaborative research: Working with, not working on... **Educational Leadership**, 43(5), 29-32.

SANTOS, B. S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

KASSAR, M.C.M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista** (Impresso), v. 41, p. 61-79, 2011